

DINÂMICA E QUALIDADE DA PAISAGEM NA ÁREA DE TRANSIÇÃO URBANO-RURAL

Pedro de Souza QUEVEDO NETO¹

Magda A. LOMBARDO²

Resumo

A paisagem na área de transição urbano-rural constitui um importante recurso para o lazer e a recreação da população submetida ao ambiente das grandes cidades. Estas paisagens proporcionam um efeito restaurador, entretanto a dinâmica da paisagem nestas áreas compromete a manutenção de suas qualidades e diminui as opções de uso. Especificamente, este trabalho aborda a pressão exercida sobre a área de transição urbano-rural que estimula a especulação imobiliária e a proliferação de atividades urbanas nas áreas rurais, repercutindo nas atividades agropecuárias e nos ecossistemas naturais remanescentes, tidos como os mantenedores das qualidades da paisagem.

Palavras-chave: paisagem; área de transição urbano-rural; qualidade da paisagem.

Abstract

Dynamic and landscape quality in transitional urban-rural area

The Landscape in the urban-rural transition area is of great importance to the leisure and recreational activities. These landscapes provide restorative effect on the urban populations. The dynamics of the landscape in these areas, however results very often in a loss of landscape qualities. This paper aims at analyzing the transformation of the landscape in the urban-rural transition area. Thus, we focus especially on the pressure exerted on these areas stimulating real estate speculation and the proliferation of urban activities in rural areas, with repercussions on farming and cattle raising activities, and on the remaining natural ecosystems.

Key words: landscape dynamics; urban-rural transition area; landscape quality.

¹ Prof. Dr. do Depto de Geociências, Fundação Universidade Federal do Rio Grande-FURG - Av. Itália KM 9, Carreiros, Rio Grande-RS, .BRASIL. CEP:96201-900 - e-mail: ordepq@bol.com.br

² Profa. Dra. do Depto. de Planejamento Territorial e Geoprocessamento IGCE/UNESP/CEAPLA, Campus de Rio Claro, Bela Vista, Avenida 24 A, 1515, Rio Claro-SP, BRASIL. CEP:13506-900 - e-mail: lombardo@rc.unesp.br

INTRODUÇÃO

Os limites estabelecidos para a área de transição urbano-rural, bem como para os demais termos usados para delimitar subzonas nessas áreas são imprecisos e de difícil determinação, uma vez que englobam não só as manifestações urbanas concretizadas no espaço, mas também manifestações culturais relacionadas ao modo de vida urbano.

Segundo o "Demographic Yearbook" de 1952 da ONU (CARTER, 1978), no contínuo que vai desde as grandes aglomerações urbanas até os pequenos agrupamentos ou às simples casas dispersas no campo, não há um ponto concreto em que desapareça o urbano e comece o rural.

A imprecisão dos limites e da extensão levou à definição da área de transição urbano-rural, como: a área de influência econômica, social e cultural de um centro urbano sobre suas adjacências. Influências dos níveis regionais, nacionais e internacionais, também pressionam as paisagens nessas áreas. Essas paisagens envolvem uma associação de usos da terra voltada para a produção agropecuária, extração mineral, preservação e conservação de ecossistemas naturais, além de uma série de usos urbanos.

A heterogeneidade da paisagem e a competição pelos recursos naturais, econômicos, culturais e paisagísticos, geram conflitos entre os diferentes usuários envolvidos no uso da terra na área transição urbano-rural. A intensidade, a velocidade das transformações, e a extensão das áreas com tais características levaram Bryant *et al.* (1982) considerá-las as mais críticas do ecúmeno humano.

Estas áreas desempenham uma importante função, como locais de lazer e recreação para as populações, especialmente, das grandes cidades, em que o estresse provocado pelo ambiente urbano e a pressão do cotidiano leva seus habitantes, durante o tempo livre a procurarem ambientes alternativos. Daí a importância da área de transição urbano-rural como local mais acessível a uma maior parcela da população urbana em busca de paisagens que proporcionem tranquilidade, segurança, contato com a natureza e com o meio rural.

O contexto acima descrito gera um paradoxo: por um lado, a importância das áreas de transição urbano-rural para o lazer da população das cidades, e de outro a degradação da qualidade da paisagem estimulada pela pressão exercida pelo ambiente urbano sobre as áreas do entorno, se incluindo aí as próprias atividades de lazer.

Estudos desenvolvidos por autores da área da psicologia ambiental, como Kaplan; Kaplan (1983); Ulrich (1983); Kaplan; Talbot (1983); Korpela; Hartig (1996), enfatizaram a importância da experiência restauradora proporcionada pelo contato com a natureza, considerados de extrema importância para os indivíduos submetidos ao estresse provocado pelo ambiente urbano, especialmente, das grandes cidades. Em estudos sobre avaliação da qualidade da paisagem, tais ambientes têm sido frequentemente indicados pela população como os mais preferidos.

O papel da atividade agropecuária tradicional como geradoras e mantenedoras de paisagens preferidas foi destacado nos trabalhos de Coetier (1994), Mentink (1990), Luginbuel (1991), Quevedo Neto (1999). Segundo estes estudos a paisagem guarda valores culturais, históricos, simbólicos, estéticos e recreativos.

A transformação da paisagem e o mosaico resultante dos diferentes usos da terra expressa a dinâmica destas áreas, onde emergem conflitos, que devem ser compreendidos para se constituir uma base de dados que possibilite sua operacionalização em termos de políticas públicas de uso e ocupação da terra que preserve o recurso constituído pela qualidade da paisagem tal como percebida pelos atores envolvidos.

Este trabalho tem por objetivo analisar a repercussão da transformação da paisagem sobre suas qualidades que são de grande importância para os indivíduos que procuram estas áreas para fins de lazer e recreação. A dinâmica da paisagem na área de transição urbano-rural resulta da pressão exercida pelo ambiente urbano sobre essas áreas, que estimula a especulação imobiliária, a proliferação de atividades urbanas, mudanças agrário-agrícolas e nos ecossistemas naturais remanescentes.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E DINÂMICA DA PAISAGEM NA ÁREA DE TRANSIÇÃO URBANO-RURAL

A transformação da paisagem na área de transição urbano-rural está diretamente relacionada às pressões exercidas pela especulação imobiliária, pela inserção de atividades urbanas no meio rural e pelas mudanças agrário-agrícolas criando, entre estas atividades, conflitos que podem comprometer a sua permanência e subsistência.

As mudanças no uso e ocupação da terra ocorrem, geralmente, após a transferência da propriedade e refletem diretamente os valores econômicos e culturais de que estão imbuídos as instituições, as corporações e os indivíduos nas transações imobiliárias, de como será utilizada a propriedade e da disposição que dela se fará.

Para a aquisição de uma propriedade, Bryant *et. al.* (1982) enumeram as seguintes motivações: para a especulação imobiliária; para as funções de produção e comércio, lazer e infra-estrutura; e para as funções de conservação e preservação, especialmente daquelas relacionadas, ao setor público. A motivação para a venda varia desde as transações objetivando unicamente o lucro, no caso da especulação imobiliária, aquelas transações realizadas com produtores rurais às voltas com questões relacionadas ao ambiente econômico, idade e fragmentação da propriedade, até transações imobiliárias realizadas pelas instituições públicas ou privadas diante do encerramento ou da transferência das instalações industriais, comerciais ou infra-estruturais.

Segundo o "The Appraisal of Real Estate", editado pelo "American Institut of Real Estate Appraisers", o valor de mercado de um bem imóvel é criado, mantido, modificado ou anulado pela intervenção de quatro grandes forças que motivam as atividades humanas: os ideais e padrões sociais; os ajustes e as mudanças econômicas; os regulamentos políticos e governamentais e o meio biofísico (CAIRES, 1984). Bryant *et. al.* (1982) estabeleceram três categorias de fatores que influenciam o preço da terra, como: fatores extrínsecos aos proprietários e às propriedades; fatores intrínsecos às propriedades e características intrínsecas aos proprietários.

O aumento do preço da terra nas periferias urbanas é causado pelo aumento da taxa de crescimento urbano, pela influência dos investimentos e por medidas políticas relativas ao uso da terra. Os altos preços da terra geram uma procura maior por espaços nas periferias urbanas, onde as terras são mais baratas. Em decorrência disso, a valorização da terra nas áreas periféricas é consideravelmente maior que nas áreas centrais, motivo pelo qual os especuladores agem nessas parcelas.

Quando as terras urbanas tornam-se escassas, seu preço aumenta e, em consequência, já se torna viável a conversão de terras rurais em urbanas. Nas áreas potencialmente urbanizáveis, em torno dos centros urbanos, as terras rurais sofrem uma valorização antecipada, estimulando seus proprietários a desenvolver atividades

de uso mais intenso e, portanto, mais rentáveis, e mesmo a venderem suas propriedades.

A especulação imobiliária, na área de transição urbano-rural, constitui-se na retenção de glebas, por período indeterminado, com a finalidade de realização de lucro com a valorização e seqüente venda da propriedade. Muita preocupação tem sido expressa sobre a especulação imobiliária e a sua relação com a monopolização da terra, forçando a subida do preço, resultando em padrões ineficientes de desenvolvimento urbano e na expansão das áreas não-utilizadas.

Os especuladores formam uma categoria bastante heterogênea, variando desde indivíduos e corporações com poucos conhecimentos sobre mercado imobiliário até aqueles com conhecimentos sofisticados dos processos envolvidos no mercado especulativo de terras.

Numa perspectiva de mercado, Clawson (1969) argumenta que a especulação imobiliária constitui uma atividade aberta a qualquer indivíduo com suficiente capital e disposição para enfrentar os riscos inerentes à atividade, não constituindo uma anomalia, resulta simplesmente da estrutura econômica e institucional da sociedade ocidental: a economia de mercado e a propriedade privada da terra. Nesse contexto, os especuladores e aqueles que desenvolvem alguma atividade no mercado imobiliário desempenhariam um papel positivo na estrutura econômica e institucional, interpretando sinais de mudança na oferta e na demanda, transmitindo essas informações aos vendedores primários, possibilitando do ponto de vista econômico, o uso mais racional da terra criando um estoque e assumindo os riscos envolvidos na conversão do uso da terra.

Entretanto, o especulador tem sido criticado por inflacionar o preço da terra, mantendo-a em seu domínio, com o intuito deliberado de forçar o aumento do preço; manipular informações privilegiadas, promover o conluio e o favorecimento político (SPURR, 1976 *apud* BRYANT *et al.*, 1982).

Campos Filho (1982) argumenta que a renda da terra corresponde ao valor que assumem os imóveis no mercado imobiliário capitalista, em que o proprietário recebe uma renda transferida de outros setores produtivos da economia, especialmente por meio de investimentos públicos em infra-estrutura e serviços urbanos, que são meios coletivos de produção e consumo. Esse processo imobiliza capitais que poderiam ser investidos na produção e acaba gerando deseconomias urbanas expressivas.

Outros impactos na paisagem da área de transição urbano-rural, causados pelo aumento do preço da terra e pela especulação imobiliária, especialmente, onde não existem impedimentos legais, resultam no abandono antecipado da produção agropecuária e na não-utilização de terras cultiváveis.

A PROLIFERAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS NA ÁREA DE TRANSIÇÃO URBANO-RURAL

A proliferação de atividades urbanas na área de transição urbano-rural resulta na conversão dos espaços livres em atividades comerciais, industriais, residenciais e de lazer. A indústria, ligada à atividade primária extrativista e beneficiadora de produtos agropecuários, tem sua localização influenciada pela existência de recursos naturais e pela produção agropecuária. Enquanto a localização da indústria manufatureira relaciona-se ao processo de descentralização industrial, causado pelas deseconomias das grandes cidades.

A tendência de realocação da atividade industrial na área de transição urbano-rural dá-se, principalmente, nas áreas periféricas e ao longo das vias de transporte em função da acessibilidade e da localização. O mesmo ocorre com a atividade comercial, cuja localização considera a facilidade de acesso para o consumidor e para as mercadorias.

Os usos da terra infra-estruturais, de comunicação e transporte, segundo Bryant *et al.* (1982) distinguem-se, sobretudo, em suas formas de inserção no espaço. As redes compostas por elementos lineares e nodais incluem as rodovias, as ferrovias, as linhas de transmissão de energia e informação, os dutos e os aeroportos.

As instituições públicas e privadas, principalmente de educação e saúde, ocorrem concentradas no espaço ou na forma de elementos pontuais disseminadas pela área de transição urbano-rural.

A proliferação de residências na área de transição urbano-rural está relacionada à possibilidade de contato mais intenso com a natureza e com os demais espaços livres e ao acesso às facilidades da cidade o que segundo Bauer & Roux (1976), permite desfrutar o melhor dos dois mundos.

Estas residências são ocupadas permanentemente por indivíduos que exercem alguma atividade na área urbana, ou por indivíduos que residem na cidade, mas possuem uma residência secundária no campo, praia ou montanha para ser utilizada nos momentos de ócio.

Os fatores subjacentes à demanda por residências nas áreas rurais estão relacionados ao desejo de fuga do ambiente urbano; ao desejo por maior privacidade; a valores relacionados ao ambiente construído e natural das áreas rurais, à liberdade para o desenvolvimento de atividades não permitidas nas áreas urbanas; às vantagens econômicas e a um ambiente mais saudável para o crescimento dos filhos.

A distribuição espacial dessas residências pode ser explicada por uma soma de fatores relacionados à acessibilidade, às características ambientais, às preferências pessoais e à capacidade financeira dos indivíduos. Entretanto, a acessibilidade é preponderante, pois a distância e o tempo de viagem entre a residência e o local de trabalho determinam a localização da residência.

Consideradas um tipo de alojamento turístico, as residências secundárias estão concentradas em torno de áreas que apresentam atrativos (superfícies líquidas, águas minerais, vegetação natural e montanhas) associados à acessibilidade e aos centros emissores, caracterizados pelas áreas populosas, urbanizadas e desenvolvidas (TULIK, 1995).

Sobre o lazer e recreação, Bechtel (1997) chama a atenção, primeiramente, para a indefinição que cerca ambos os termos. Embora muitos os utilizem como sinônimos, o lazer conota mais do que recreação uma vez que engloba o tempo livre em que as atividades não estão necessariamente envolvidas.

As atividades de lazer e recreação, apesar de bastante antigas, tornaram-se disponíveis para a população, em geral, após as reformas industriais e sociais resultantes da revolução industrial. A produção de mercadorias, em massa, a crescente divisão do trabalho, a sindicalização e o menor tempo despendido no trabalho geraram maior tempo disponível para as famílias, principalmente, da classe média, se dedicar ao lazer e às várias formas de recreação. Sobre essa questão, Gilg (1985) indica três grandes fatores responsáveis pela recreação rural na Grã Bretanha e demais países desenvolvidos: a renda, o tempo, e a mobilidade, sobretudo, após a II Guerra Mundial.

Na área de transição urbano-rural existem vários tipos de oportunidades de recreação e lazer, variando desde as áreas de recreação intensivas privadas ou públi-

cas, construções e sítios de interesse histórico ou científico até as áreas rurais, em geral, que oferecem os valores atrativos da paisagem.

As atividades de recreação e lazer podem ser categorizadas em atividades de uso intensivo e atividades de uso extensivo. As atividades que demandam uso intensivo requerem pouco espaço para o estabelecimento, mas exigem grandes inversões de capital, assim como são dependentes de infra-estruturas em termos de facilidade de acesso, água e energia elétrica. Dentre os tipos de atividades, destacam-se os parques temáticos, os clubes de campo, as áreas de camping e os clubes de vela e regata. Essas atividades são orientadas para o usuário e são relativamente independentes de recursos específicos e envolvem o uso ativo do espaço (BOWEN, 1974).

As atividades de uso extensivo caracterizam-se por requererem áreas de grandes extensões e pela dependência de recursos paisagísticos, pois envolvem o uso relativamente passivo do espaço, como são o caso dos percursos a pé ou motorizados e da contemplação da paisagem. A prática dessas atividades ocorre em áreas de preservação e conservação, nas áreas rurais e, em geral, naquelas áreas cuja acessibilidade possibilite o contato com os valores atrativos, proporcionados pelas paisagens naturais e rurais (BOWEN, 1974).

DINÂMICA DA PAISAGEM: REPERCUSSÕES SOBRE AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS ECOSISTEMAS NATURAIS

A paisagem da área de transição urbano-rural seria, originalmente, constituída por ecossistemas naturais, reduzidos a alguns remanescentes à medida que se desenvolve a agricultura e se expandem as áreas urbanas, originando o que hoje constitui a paisagem "natural" nos arredores de muitos grandes centros urbanos. As atividades urbanas, a agropecuária e os ecossistemas naturais remanescentes compõem as principais categorias de uso da terra que conformam e transformam as paisagens da área de transição urbano-rural.

A perspectiva de urbanização das glebas mais próximas da área urbana estimula a valorização antecipada, a retenção especulativa e o aumento do preço da terra a patamares incompatíveis com a produção agropecuária, uma vez que a capacidade da terra produzir renda econômica é muito maior sob usos urbanos. Este processo resulta no rearranjo do padrão espacial das atividades agropecuárias na área de transição urbano-rural.

Além das pressões exercidas pelo ambiente urbano imediato, as pressões originadas em outros níveis de escala estimulam mudanças nas relações tecnológicas e de gestão, na competição inter-regional e nas ações sociais em todos os níveis, que interagem na escala local e resultam em diferentes padrões de uso da terra.

Berry (1979) relacionou o declínio da produção leiteira, em torno de Chicago (EUA), aos efeitos da expansão urbana provocada pelo aumento do preço da terra, que desestimulou os investimentos à longo prazo diante da perspectiva de venda da propriedade. As alternativas apontavam para culturas de ciclo curto, como os cereais, que exigiam menos tempo de trabalho e eram mais flexíveis em relação ao mercado, exigindo menos investimentos em capital.

Bryant (1986) propôs um modelo relacionando três tipos de pressões interativas, as pressões urbanas, as pressões não-urbanas e as influências ambientais regionais, que estimulam a criação de três tipos de paisagens agrícolas em regiões metropolitanas:

- 1 - paisagens de desenvolvimento agrícola, onde o conjunto de pressões age no sentido de viabilizar certos tipos de cultivos limitados pelas condições ambientais regionais;
- 2 - paisagem de adaptação agrícola, onde as incertezas e a fragmentação exigindo criatividade, adaptação e flexibilidade para se ajustarem à nova situação;
- 3 - paisagem de degeneração agrícola, onde a pressão urbana e a competição inter-regional acarretam o declínio da agricultura.

Utilizando o modelo de Bryant (1986), Lawrence (1988) estudou a evolução de seis produtos agrícolas em quinze áreas metropolitanas norte-americanas e identificou que nas áreas mais próximas aos centros urbanos, a pecuária leiteira, a avicultura e a fruticultura eram substituídas por atividades mais compatíveis com estes ambientes, como: o cultivo de cereais, que dominava a área cultivada, e a olericultura, que dominava o valor da produção.

O rearranjo espacial da atividade agropecuária foi identificado por Ueno (1985) ao relacionar o aumento do preço da terra com o deslocamento do cultivo de produtos menos perecíveis e mais resistentes ao transporte, como o tomate, o pimentão, e os legumes, para áreas mais distantes da Grande São Paulo, restando nas áreas mais próximas somente os cultivos de maior produtividade e retorno econômico.

Padrão semelhante foi identificado em Itapeverica da Serra, localizado ao oeste na Região Metropolitana de São Paulo, onde a atividade agropecuária está reduzida ao cultivo hidropônico de alface e à cultura de plantas ornamentais. Ainda assim outros tipos de impactos repercutem negativamente na área, como: os assaltos e o vandalismo (QUEVEDO NETO, 2002).

Entre os efeitos positivos das pressões exercidas pelo ambiente urbano sobre a atividade agropecuária, estão: a proximidade do mercado, o aumento do mercado consumidor e o aumento do número de agricultores de meio período. A demanda por terra, que força aumento do preço e, a diminuição da oferta de mão-de-obra disponível para a agricultura, afetam negativamente esta atividade, resultando no abandono da atividade agropecuária, na substituição das culturas tradicionais por outras mais rentáveis e compatíveis com o ambiente sob o qual se desenvolvem.

A interação entre a atividade humana e os ecossistemas naturais próximos das cidades, é intensa e os impactos resultantes da falta de um gerenciamento cuidadoso acarretam consequências negativas para os atrativos da paisagem e para o hábitat da vida selvagem.

Do ponto de vista funcional esses ecossistemas naturais provêm hábitat para espécies animais, de comunidades vegetais, e protegem as áreas de recarga de aquíferos. As áreas que suportam os ecossistemas naturais possuem um valor estético muito alto, constituindo um ambiente natural culturalmente valorizado.

Os ecossistemas naturais remanescentes da área de transição urbano-rural exercem um papel muito mais passivo no que diz respeito à transformação da paisagem, pois, ao contrário das atividades urbanas e agropecuárias, estão sujeitos aos impactos produzidos por essas atividades, como: a degradação e o seu completo desaparecimento.

Esses ecossistemas representados pelos banhados, pântanos, estuários, praias, várzeas, áreas com grande declividade, áreas de recarga de aquíferos, entre outros, sofrem com a falta de integração durante a elaboração e a implementação dos planos de uso e ocupação da terra nas áreas de transição urbano-rural.

Entre os impactos causados pelas atividades urbanas sobre os ecossistemas naturais da área de transição urbano-rural, podemos destacar a destruição direta desses ecossistemas, as chuvas ácidas, que entre outras consequências, juntamente

com os dejetos sólidos e líquidos produzidos pelo ambiente urbano, contribuem para a poluição dos solos, das águas, e do ar.

A agricultura moderna também contribui com formas severas de degradação por meio do uso de defensivos agrícolas e fertilizantes, entretanto, a redução e a fragmentação do hábitat associadas à conversão das terras para as atividades humanas, sobretudo daquelas urbanas, constituem o dano mais sério a estes ecossistemas.

A despeito da crescente procura pelas qualidades da paisagem das áreas rurais, estas vêm sendo depreciadas à medida que a agricultura competitiva se moderniza, enquanto as atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais, tidos como os produtores destas qualidades, vêm diminuindo, dando lugar à proliferação de atividades urbanas destinadas à produção, ao armazenamento, ao comércio, ao lazer, à recreação e à infra-estrutura, que também comprometem os ecossistemas naturais.

QUALIDADE DA PAISAGEM

Estudos sobre as qualidades da paisagem, na perspectiva da preferência dos usuários, evidenciam dois mecanismos subjacentes de avaliação, em que as paisagens humanizadas estariam mais sujeitas aos mecanismos culturais de formação de preferências, resultando em variabilidade, constituindo uma perspectiva construtivista, enquanto a avaliação de paisagens naturais estaria mais condicionada a mecanismos inatos de preferência, implicando numa perspectiva funcionalista-evolutiva, resultando em padrões universais de preferência (STRUMSE, 1996).

Considerada nesta perspectiva a paisagem constitui um valor cultural e uma necessidade inata dos indivíduos. É importante destacar que os mecanismos culturais ou inatos, envolvidos no estabelecimento de preferências e avaliação, não agem exclusivamente em paisagens humanizadas ou naturais, mas sim preponderantemente numa ou outra. Ambas estariam envolvidas na formação das preferências. Raquel Kaplan (1973) e Stephen Kaplan (1975) estabeleceram uma relação entre o *continuum* formado por paisagens fortemente humanizadas, como as áreas urbanas, por exemplo, e as áreas constituídas por vegetação natural. Entre estes dois pólos opostos do *continuum*, existe uma série de usos da terra resultante da mistura de elementos relacionados a ambos os pólos.

A constância com que as paisagens constituídas por elementos naturais emergiram nos resultados de estudos realizados nos mais diferentes ambientes e países (EUA, Austrália, Canadá, Suécia, Finlândia, Egito, China e Coreia), levou Kaplan (1992) a relacioná-las a um padrão transcultural de preferência, suportando uma posição funcionalista-evolutiva.

Estudos desenvolvidos sobre o papel do conteúdo da paisagem na preferência revelaram a predominância de cenas naturais. Entretanto as paisagens identificadas em vários estudos revelaram cenas predominantemente naturais como as mais preferidas, estas paisagens são constituídas por uma mescla de elementos naturais e culturais, especificamente aqueles ligados às atividades rurais tradicionais (STRUMSE, 1996 e SULLIVAN III, 1994).

Como necessidade inata, as qualidades da paisagem seriam expressas por ambientes relacionados às demandas dos modos de vida de caçadores e coletores nas savanas da África, desde o Pleistoceno, há mais ou menos dois milhões de anos. O tempo histórico, de alguns milênios é muito curto para adaptações significativas no organismo humano (COSMIDES *et al.*, 1992).

Nesse sentido o ambiente urbano, então estabelecido, não satisfaz as necessidades biologicamente constituídas, o que explicaria a crescente demanda por ambientes que proporcionam os benefícios do contato com a natureza, tanto intra-urbanos como extra-urbanos. Segundo Sullivan III (1994), a natureza proporciona uma série de benefícios para os indivíduos ativamente envolvidos em recreação ao ar livre, bem como para aqueles que apenas a contemplam.

Sobre o termo "natural", Mausner (1996) identificou vários significados subjacentes, gerando algumas subcategorias de ambiente natural, como: totalmente natural, natural civilizado, semi-natural e quase natural. O termo "natural" tem sido associado à presença de vegetação e/ou ausência de impacto humano. Nesse sentido, Kaplan (1977) refere-se à natureza do dia-a-dia (everyday nature), citando elementos naturais, como por exemplo, a presença de vegetação.

Neste contexto, tanto as paisagens naturais como as paisagens rurais, constituem valores culturais. As paisagens constituídas pelos ecossistemas naturais, especialmente as formações florestais e as áreas montanhosas vem sendo valorizadas no ocidente desde o Romantismo, o qual cultuou, também, o gosto pelo exótico das manifestações populares e nacionais. A natureza era reconhecida não apenas na ordem das paisagens selvagens, mas também nas paisagens humanizadas.

A Conferência Geral da UNESCO de 1972 definiu patrimônio cultural, aqueles portadores de valores histórico, artístico e científico, como: os monumentos; os grupos de construção, em função de sua arquitetura ou situação na paisagem e os sítios resultantes do trabalho do homem e da natureza.

A degradação dos valores paisagísticos, relacionados ao patrimônio cultural e natural das áreas rurais, desperta preocupação na Europa, constituindo um importante argumento à manutenção de subsídios, para sustentar a agricultura, frente às ações impetradas na Organização Mundial do Comércio.

Segundo Nogué i Font (1992) as paisagens humanizadas representam a acumulação de informações que se deram ao longo do tempo, gerando particularidades regionais que se expressam fisicamente.

Coeterier (1994) destaca o papel dos pequenos produtores na manutenção dessas qualidades, caracterizadas pelas diferentes combinações de pastagens, cultivos e vegetação natural, com grande diversidade em todos os elementos. Para Mentink (1990), as características visuais não serão determinadas somente pelo tipo de cultura e de construção rural, mas também pela disposição das áreas cultivadas, pela rede de transportes e pela disposição das árvores em bosques e em sebes.

O desaparecimento das qualidades paisagísticas na Europa Ocidental foi relacionado à modernização da agricultura, à concentração fundiária, necessária à manutenção dos rendimentos, e ao abandono de terras cultiváveis impróprias às inovações tecnológicas, que resulta na obstrução dos panoramas causada pelo crescimento espontâneo da vegetação, bem como na uniformização das paisagens, em consequência do aumento no tamanho das parcelas cultivadas e da remoção das sebes (Nelson, 1990).

Assim, segundo Luginbhül (1991), a sociedade urbanizada se instala cada vez mais no campo apropriando-se das paisagens, senão na realidade ao menos na representação. A sociedade urbana contemporânea organiza a sua paisagem segundo duas categorias, o grandioso, e o pitoresco, difundidos pelo cinema, pela publicidade e pelos guias turísticos. As paisagens rurais valorizadas consistem naquelas produzidas pela população rural recomposta numa representação que exclui a realidade moderna da agricultura.

Luginbhül (1991, p. 28) refere-se à demanda social por paisagem e por natureza, levando à apropriação simbólica e depois material das paisagens rurais pelas

elites, e em seqüência pela sociedade urbana no seu conjunto. "Ao mesmo tempo esta apropriação significa uma transformação em profundidade das representações sociais do espaço rural que, aos olhos da população urbana, perde aos poucos sua função utilitária e produtiva".

CONCLUSÃO

A dinâmica da paisagem na área de transição urbano-rural repercute na manutenção das atividades agropecuárias e dos ecossistemas remanescentes e pode comprometer a qualidade de um recurso destinado a satisfazer as necessidades de lazer e recreação da população dos centros urbanos.

Estes conflitos ocorrem numa área destinada a satisfazer a uma grande variedade de usos da terra e estilos de vida, impondo desafios complexos aos planejadores, no sentido de criar lugares habitáveis e economicamente viáveis.

No caso da demanda por paisagens naturais pela sociedade urbana, a conservação e a preservação das paisagens humanizadas, mostram-se mais complexas quando comparadas à preservação e à conservação de ecossistemas naturais, cuja preocupação está centrada no cenário e na vida selvagem.

A sustentação das paisagens humanizadas por meio da perpetuação de determinados usos da terra, torna-se insustentável em termos financeiros, tecnológicos e políticos em decorrência das mudanças nos mercados e nas políticas agrícolas. A preservação de práticas e usos específicos, por meio de subsídios públicos, tende a ser cada vez mais onerosa.

As paisagens rurais são o resultado da criação acidental da economia rural num determinado lugar, acumulando heranças de várias épocas. A manutenção de suas qualidades demanda novas estratégias, que incluem: a participação dos vários atores envolvidos no seu uso, a identificação dos conflitos e a necessidade da elaboração de planos de uso e ocupação da terra, que sejam compatíveis com as perspectivas envolvidas, procurando estimular as atividades que sejam economicamente viáveis e que mantenham as qualidades da paisagem.

O entendimento das relações entre as pessoas e a paisagem: os elos afetivos, os valores, as atitudes e as preferências, permitem conhecer os meios pelos quais as qualidades seriam alcançadas, sem impor constrangimentos. À criatividade do planejador, porque não ditaria o produto final e evitaria o recurso da manutenção de atividades obsoletas presentes em propostas que visam à "congelar" paisagem. Isso pode levar à instituição de alternativas menos rígidas de proteção ambiental e da paisagem e, o que é mais importante, considerar os insumos econômicos e ecológicos, atenuando o caráter reducionista das vias unidimensionais.

O tratamento da paisagem da área de transição urbano-rural como patrimônio natural, cultural e econômico, implica em alternativas de uso e ocupação da terra, em que as atividades de lazer e recreação aparecem como prioritárias. Como patrimônio cultural e natural, a paisagem representa uma opção de lazer e recreação para a população dos centros urbanos, que compatibiliza o desenvolvimento sócio-econômico e cultural por meio do turismo rural, com a proteção da paisagem, o que representa uma possibilidade de valorização e resgate da cultura local e preservação dos ecossistemas naturais remanescentes.

O planejamento e o desenho da paisagem na área de transição urbano-rural devem ser pautados pelas necessidades de lazer, compatíveis com a preservação e a recuperação dado patrimônio cultural e natural, o que constitui um macro-ajardinamento da paisagem, por meio de políticas públicas, em que todos os atores envolvidos seri-

am os mantenedores da paisagem. Neste caso, as inter-relações entre os diversos elementos do sistema proporcionam informações que possibilitaria a intervenção na paisagem com um custo mínimo e o máximo de resultado. É importante enfatizar a necessidade da criação de políticas públicas destinadas a satisfazer as necessidades de lazer e recreação dos grupos de baixa renda, para que os mesmos possam usufruir destes recursos.

REFERÊNCIAS

- BAUER, G.; ROUX, J. M. **La rururbanization:** ou la ville éparpillée. Paris, Editions du Seuil, 1976.
- BERRY, D. The sensitivity of dairying to urbanization: a study of northeastern Illinois. **Professional Geographer**, v.31, n. 2, p.170-176, 1979.
- BECHTEL, R.B. - **Environment & Behavior:** an introduction. Thousands Oaks: SAGE Publications, 1997.
- BOWEN, M. J. Outdoor recreation around larger cities. In: JOHNSON, J.H. (Ed.) **Suburban Growth**. London: John Wiley and Sons, 1974.
- BRYANT, C.R. *et al* **The city's countryside:** land and its management in the rural urban fringe. New York: Longman, 1982.
- BRYANT, C.R. Farmland conservation and farming landscape in urban centered regions; the case of the Ile de France. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v.13, p. 251-276, 1986.
- CAIRES, H. **Avaliação de glebas urbanizáveis**. São Paulo: Ed. PINI, 1984.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras:** seu controle ou o caos- o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades brasileiras. São Paulo: Nobel, 1982.
- CARTER, H. **The study of urban geography**. London: Edward Arnold, 1972.
- CLAWSON, M. **Suburban land conversion in the United States:** an economic and governmental process. Baltimore and London: John Hopkins Press, 1969.
- COETERIER, V.F. Non-agricultural use of the countryside in the Netherlands: What is local opinion? **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 29, n 1, p. 55-69, 1994.
- COSMIDES, L. et al. Introduction: Evolutionary psychology and conceptual integration. In: BARKOV, J.H. ; COSMIDES, L.; TOBY, J. (Ed.) **The adapted mind. Evolutionary psychology and the generation of culture**. New York: Oxford University Press. 1992. p.3-18.
- GILG, A. **An introduction to rural geography**. London: Edward Arnold, 1985.
- KAPLAN, R. Preference and everyday nature: method and application. In: STOKOLS, D. (Ed.) **Perception on environment and behavior:** theory, research and application. New York: Plenum Press, 1973.
- KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **Cognition and environment. Functioning in an uncertain world**. Ann Arbor: Ulrich Bookstore, 1983.
- KAPLAN, R. Preference and everyday nature: method and application. In: STOKOLS, D. (Ed.) **Perception on environment and behavior:** theory, research and application. New York: Plenum Press. 1977.

- KAPLAN, R. Some methods and strategies in the prediction of preference. In: ZUBE, E.H. *et al.* **Landscape assessment: values, perceptions and resources.** Stroudsburg-Penn, Dowden: Hutchinson & Ross, Inc. 1975.
- KAPLAN, S. Environmental preference in a knowledge-seeking, knowledge-using organism. In: BARKOV, J.H.; COSMIDE, L.; TOOBY, J. (Ed.) **The adapted mind. Evolutionary psychology and the generation of culture.** New York: Oxford University Press. 1992. p.581-598.
- KORPELA, S.; HARTIG, T. Restorative qualities of favorite places. **Journal of Environmental Psychology**, v.16, n 3, p.221-233, 1996.
- KAPLAN, S.; TALBOT, J.F. Psychological benefits of a wilderness experience. In: I. ALTMANN; J.F. WOHLWILL (Ed.), **Human Behavior and Environment: advances in theory and research**, New York: Plenum Press, 1983, p. 163-203. (Vol. 6: Behavior and the Natural Environment)
- LAWRENCE, N.N. Changes in agricultural production in metropolitan areas. **Professional Geographers**, v. 40, n. 2, p. 159-175, 1988.
- LUGINBÜHL, Y. Le paysage rural. La couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais qui reste-t-il de l'agricole ? **Etudes Rurales**, Paris, n. 121, p. 27-44, 1991.
- MAUSNER, C.A. A kaleidoscope model: defining natural environments. **Journal of Environmental Psychology**, v. 16, n. 4, p. 335-348, 1996.
- MENTINK, H.R. Long term developments in European agriculture and its impacts on the landscape. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v.18, n 3-4, p. 203-209, 1990.
- NELSON, M. Abandoned farmlands in France. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v.18, n. 3-4, p. 229-233, 1990.
- NOGUÉ I FONT, J. Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio. **Estudios Turísticos**, Madrid, n. 115, p. 45-54, 1992.
- QUEVEDO NETO, Pedro de S. **Paisagens preferidas e transformação da paisagem na área de transição urbano-rural da Grande São Paulo.** 1999. Tese (Doutorado em Geografia Física), Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1999.
- QUEVEDO NETO, P.S. **Residências Secundárias: repercussões espaciais e sócio-culturais.** 2002. Relatório (Pós-Doutorado). FAPESP-Depto. de Planejamento Territorial e Geoprocessamento, IGCE, UNESP, Rio Claro-SP, 2002.
- STRUMSE, E. Demographic differences in the visual preference for agrarian landscapes in Western Norway. **Journal of Environmental Psychology**, n. 16, p. 17-31, 1996.
- SULLIVAN III, W.C. Perception of the rural-urban fringe: citizen preference for natural and developed settings. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v.29, n. 2-3, p. 85-101, 1994.
- TULIK, O. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo.** 1995 Tese (Livro Docência), Depto. de Relações Públicas, Propaganda e Publicidade, ECA-USP, São Paulo, 1995.
- UENO, L.H. **O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980.** 1985. Dissertação (Mestrado), FEA-USP, São Paulo, 1985.
- ULRICH, R.S. Aesthetic and affective response to natural environment. In: ALTMAN, I.; WOHLWILL, J.F. (Ed.) **Human behavior and environment: advances in theory and research.** New York: Plenum Press, 1983, v.6, p.88-125.

Recebido em maio de 2005
Revisado em junho de 2005
Aceito em novembro de 2005